

o certo bumerangue

governo federal é uma certa conformidade diante da constatação de que, se o presidente foi o beneficiário da bonança, é natural que agora recaiam sobre ele os efeitos da tempestade. É o ônus que paga pela excessiva concentração de poderes do presidencialismo brasileiro aliada a uma concepção de governo centrada num eixo só fundado em dois pilares: na estabilização da moeda e na figura do presidente. Na hora em que um pilar foi trincado levou o outro de roldão. Enquanto durar o colapso financeiro, tanto Fernando Henrique quanto

certo, os bonus foram todos para Fernando Henrique, que recebe na nuca agora a conta do prejuízo. Por isso, na avaliação do governo, o melhor é não negar a realidade porque não há *pancake* que dê jeito. Não há discurso cor-de-rosa possível sem que se corra o risco de cair no perigoso terreno da demagogia. Resta, portanto, aguardar que o cardápio de fatos positivos que a equipe econômica apresenta agora em sua rodada internacional em busca da retomada imediata dos créditos de curto prazo dê o resultado esperado e começem lá por agosto a se refletir concretamente na eco-

nomia do dia-a-dia.

Um interlocutor diário e autorizado do presidente diz o seguinte: "Não adianta fazer discurso quando não se tem o que dizer. Até agora não tínhamos nada só um acúmulo infeliz de fatos negativos. Mas a partir do fechamento do acordo com o FMI, da aprovação da CPMF, da queda do dólar, da boa recepção à demonstração de comando do Banco Central, da expectativa da queda dos juros, de uma ótima safra agrícola e da recuperação do fluxo de dinheiro para dentro do país, pelo menos temos um cenário favorável para poder mostrar que há luz no fim do túnel."

Ainda assim, o governo tem consciência de que esses sinais podem ser decodificados de forma positiva lá fora mas nem de longe conseguem reverter de imediato as expectativas da população. Aqui dentro, à exceção dos que entendem dessa mecânica – que não são os que opinam nas pesquisas –, ninguém consegue direito e de imediato estabelecer relação de causa e efeito entre eles. O que interessa são os preços e os salários.

Depois de ganhar dois mandatos como bônus pela estabilidade, FH agora arca com o ônus da tempestade

trole estrito. O governo acha que tem indicação para isso. Redução de alíquotas de importação e os juros altos que não permitem a especulação com estoques são dois exemplos. O que se diz é que está fora de cogitação qualquer mudança substancial na política econômica ou a introdução de instrumentos do passado. Como a indexação dos salários. Nesse ponto, o Planalto faz um pouco do jogo do contente dando números da pesquisa Vox Populi que mostra Fernando Henrique com um índice de aprovação de 23% e 51% dos pesquisados afirmando que não estão dispostos a se conformar com perdas salariais. O governo diz que o fato de 37% admitirem que preferem

ficar sem aumentos desde que a inflação não volte mostra uma mudança de mentalidade, pois há quatro anos imagina-se que esse mesmo índice não passasse de 10%. Ou seja, as pessoas tomaram gosto e dão prioridade à estabilidade.

O raciocínio é até correto, mas isso não alivia em nada a posição do governo. Apenas indica que a cobrança pela manutenção da inflação baixa será muito forte e nada assegura que se ela voltar com força, essas mesmas pessoas não passem

integrar o outro grupo que prefere as repositões. Mas o governo não quer trabalhar com suposições que guardem relação com acontecimentos futuros – mesmo que dentro de um curíssimo prazo – a fim de não sobrepor agonia. Isso vale para avaliações negativas, mas também para as positivas. Hoje há receio de que reações ciclotímidicas criem falsas expectativas animadoras – por exemplo, agora, em relação à queda da inflação.

dólar – que venham a render frustrações ainda maiores. Até porque todo aquele cenário de recuperação desenhado a partir da aprovação da CPMF, do acordo com o FMI e da ação do Banco Central só se concretizará se não houver acidentes no percurso.

E eles tanto podem vir de fora como de dentro. A receita é técnica, e numa democracia plural onde um governo não conta com sólido apoio popular, o poder político está nas mãos do Congresso e o Judiciário examina a lei, mas nem sempre leva em consideração a circunstância, é preciso con-

sempre leva em consideração a circunstância, e parar com a possibilidade de que não prevaleça sempre a vontade do Executivo.

que tem influência para isso. Taxa e os juros altos que não permitem que os negócios sejam feitos. São dois exemplos.

ra de cogitação qualquer mudança econômica ou a introdução de impostos e indexação dos salários. Nessas

o a indexação dos salários. Nesse
poco do jogo do contente dian-

ox Populi que mostra Fernan-
do com aprovação de 23% e 51% de

nao estao dispostos a se conf